

GLOBALIZAÇÃO: CONCEITOS E CONSEQÜÊNCIAS SOBRE O EMPREGO

JOAQUIM FERNANDES FILHO ¹

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo observar os conceitos possíveis do termo "Globalização" segundo a visão de diversos especialistas que estudaram o problema sob a ótica das Ciências Sociais. As questões discutidas ao longo do texto demonstram que a Globalização não é um fato novo, entretanto, que adquiriu as características que conhecemos na atualidade apenas a partir de meados de 1980 as quais influenciam de forma maior ou menor, direta ou indiretamente as culturas de cada região do mundo. Um dos aspectos importantes tratados refere-se ao posicionamento quanto ao estágio atual da "Globalização", ou seja, se ela é um fato consolidado e definido como um "Sistema Mundial Moderno" ou, se seria um evento ainda em andamento e construção ao qual poderíamos chamar "Sistema Mundial em Transição". Esses aspectos conduzem à discussão dos reflexos, causados segundo cada forma de avaliar, quanto ao papel e a soberania do Estado e, as questões da globalização financeira com a conseqüente globalização do trabalho. Essa Globalização do trabalho vem naturalmente promover a migração dos postos de trabalho de uma Nação para outra uma vez que o Capital Financeiro Globalizado não tem as mesmas fronteiras das Nações. Dessa forma, as grandes Corporações podem decidir onde é melhor produzir a partir de determinada época, trazendo investimento e empregos em localidades com custos reduzidos e, com menor interferência do Estado, porém, gerando o chamado desemprego estrutural nas localidades onde deixa de promover a ocupação organizada da força de trabalho causando efeitos que se assemelham ao chamado desemprego tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, Emprego, Desemprego, Capital Financeiro

ABSTRACT

This article objective is to observe the possible concepts for the term Globalization according to the point of view of several specialists who studied the problem under the optics of Social Sciences. The questions discussed along the text demonstrate that Globalization is not a new fact. However, it acquired the characteristics that we know only since 1980's, influencing more or less, directly or indirectly cultures of each region around the world. One of the important aspects mentions the positioning of the current stage of globalization, which means if it is a consolidated and defined fact as a "Modern World System" or if it is an event in progress and construction which we could call "World System in Transition". These aspects lead to the consequences discussion of each evaluation method considering the role and sovereignty of the State and the questions of the financial globalization with the work globalization. This Work Globalization promotes the migration of employment of one nation to another as the Financial Capital does not have the same borders as the nations. This way the great corporations can decide where is the best place to produce for a while - bringing investment and jobs to locations where costs are reduced and has less interference from the State. - However, generates what we call structural unemployment in locations where it was settled and stops promoting the organized occupation of work force causing one of the effects resembled to the call technological unemployment.

KEYWORDS: Globalization, Employment, Unemployment, Financial Capital

¹Prof. Ms. Área de Concentração Organização e Recursos Humanos

INTRODUÇÃO

A Globalização é um dos assuntos que mais permeiam o discurso dos especialistas nas mais diversas áreas de conhecimento como economia, política, sociologia, jornalismo, etc. e da mesma forma encontra-se diariamente na fala de pessoas de todas as classes sociais.

Aparece quase sempre a justificar fatos ocorridos cujo conhecimento tradicional de cada área não dá conta de explicar ou representa de alguma forma que algo que todos são capazes de perceber está posto e interfere positiva ou negativamente na sociedade.

Não se trata pois de algo tão antigo, embora as relações comerciais entre nações remonte a séculos. Aquilo que chamamos hoje de Globalização segundo o que se apreende dos mais diversos pesquisadores começa a assim ser denominado conforme enuncia Gómez², a partir de meados de 1980 em destacadas escolas de administração norte-americanas. Giddens³ por sua vez define Globalização como *“a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”*. De outro lado o chamado “Grupo de Lisboa” neste texto representado por Boaventura de Sousa Santos, acredita que a Globalização é uma fase posterior à Internacionalização e a Multinacionalização porque traz como caráter

² Gómez, José Maria. **Globalização Excludente**. p. 129

³ Giddens, Anthony, apud Santos, Boaventura de Sousa (org). **A Globalização e as Ciências Sociais** – 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002, p. 26

básico o fim de um sistema nacional que servia como núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas. Desta forma se pode a este ponto principiar a caracterização diferencial da Globalização com as formas anteriores de relações entre as nações, já que nestas não se pressupunha hegemonia de Estados com economias dominantes como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão e a influência em dimensões além do econômico tais como sociais e culturais, tal como se observa no chamado Consenso Neoliberal ou Consenso de Washington, espécie de pacto dos Estados centrais da economia mundial que age de forma a poder emanar prescrições favoráveis a estes mesmos em relação dos demais Estados. Não se pode inferir até este ponto que a Globalização seja positiva ou negativa para todas as nações mas, já é certo que não é igualitária posto que as economias devem abrir-se ao mercado global e os preços locais passam a são influenciados pelos preços internacionais. Agrega-se ainda que a Globalização estabelece por si um novo modelo de divisão do trabalho de forma internacional. Assim, migram os postos de trabalho segundo os interesses econômicos de cada fase da vida das organizações produtivas multinacionais.

Conforme esclarece Santos⁴ a globalização econômica, respeitante ao consenso econômico neoliberal, se estabelece sob três inovações institucionais:

- 1) restrições drásticas à regulação estatal da economia;
- 2) novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual;

⁴ Op. Cit. p. 31

- 3) subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio.

Estas proposições conduzem naturalmente a uma idéia de Estado-Mínimo onde se pressupõe não apenas o afastamento do Estado da economia, mas, a desregulamentação das transações entre as diversas filiais de empresas multinacionais em cada país, possibilitando a maximização dos lucros que convergem para as matrizes, normalmente em países desenvolvidos. Para dar conta das operações locais tais corporações geraram uma nova classe burguesa composta por executivos que tratam de estabelecer as relações entre as empresas multinacionais, a elite capitalista local e a burguesia estatal. Esta parceria permite o desembargo dos entraves locais ao interesse das operações internacionais permitindo que cada sistema de produção seja operado no país mais conveniente à corporação em si e nem sempre ao Estado nacional que a hospeda. É evidente que qualquer nação, mas em especial aquelas em desenvolvimento necessitam de aportes de capital estrangeiro e dos empregos que podem gerar, daí cria-se a possibilidade de forçar constantemente o enfraquecimento do Estado de forma a tornar o risco baixo e a rentabilidade alta. Muitas vezes uma unidade local nem sequer produz bens para o mercado local. Da mesma forma algumas vezes empreendimentos muito grandes e beneficiados com vantagens fiscais geram proporcionalmente poucos empregos uma vez que há uma relação entre nível de tecnologia aplicada e número de postos de trabalho gerados.

De maneira geral a intensificação das relações econômicas da globalização gera uma preocupação quanto à possibilidade destas mesmas relações levarem a uma homogeneização de culturas ou uma cultura global, porém, ao que parece a maioria dos autores aceita um traspasar de fronteiras nas questões de consumo, porém, mantêm-se os costumes locais especialmente fora do ocidente. A globalização, essencialmente capitalista, já conseguiu traspasar as fronteiras das nações sob outros regimes, em aspectos mercadológicos, por isso os moskovitas podem comer lanches McDonald, os chineses podem tomar Pepsi-Cola, etc., o que não os torna necessariamente ocidentalizados ou americanizados.

Este raciocínio nos leva a três contradições propostas por Santos⁵:

- a) Com relação à Globalização e a Localização à medida que avançam a interdependência e as interações globais as relações sociais tornam-se cada vez mais desterritorializadas abrindo direito às novas opções e buscando-se a preservação do direito às raízes locais;
- b) Sobre o Estado-nação e ao não-Estado transnacional, para alguns o Estado⁶ é entidade já obsoleta enquanto que para outros o Estado ainda é entidade de política central uma vez que ele próprio institucionaliza a globalização através de sua representatividade nas agências financeiras multilaterais;

⁵ Op.Cit. p. 54

⁶ Segundo Jürgen Habermas em seu Artigo "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização", publicado na revista "Novos Estudos CEBRAP, no. 43 (nov/95), na tradição alemã o termo Estado indica um ramo executivo que garante a soberania interna e externa (Staatsgewalt), um território claramente definido (Staatsgebiet) e a totalidade dos cidadãos (Staatsvolk), conceito este que parece explicar bem a idéia proposta.

- c) Sobre a Globalização como algo incontestável e imbatível defendida por aqueles que já se beneficiam da globalização ou como oportunidade de ampliar a solidariedade transnacional e as lutas anti-capitalistas, sob a ótica daqueles que vêem a Globalização como forma de agressão externa aos modos de vida e ao bem-estar.

Com relação à primeira questão se observa em princípio ser esta uma questão dialética, pois, ao mesmo tempo em que a ocorre uma maior interdependência e interação em âmbito global intensificando as relações sociais entre os povos, pode-se constatar manifestações de preservação caracterizadas como localismos no sentido de preservar costumes sejam eles ligados a determinado território em si por seus povos nativos ou, além fronteiras a preservar culturas de determinados povos cuja migração estabeleceu comunidades em outras terras em geral em busca de trabalho, liberdade e prosperidade. Na segunda proposição a constatação é da necessidade de um diferente papel do Estado sob um mundo globalizado, pois, à medida que sua ação for em demasia interferente e reguladora dificultará transações que poderiam ter determinado nível de vantagens em especial no campo sócio-econômico e, por outro lado se apenas afrouxar sua função reguladora poderá estar permitindo a exploração de suas riquezas e do seu povo, o comprometimento de seu meio-ambiente em situação de desvantagem. Diante disto é possível que caiba destarte um papel de “Estado-mediador” que não se permita perder a soberania nem se isolar do contexto das nações e das grandes corporações. Quanto à terceira situação não se pode em tese afirmar que a tão falada globalização

seja sempre praticada de igual forma e com iguais resultados em relação à todo o mundo moderno. Na verdade ela varia de intensidade de relações, de nível de envolvimento do Estado local, de nível de exploração do povo, de interferência na cultura local e de tantas outras variáveis possíveis cuja análise requereria delimitações pontuais. É certo pois que não será a globalização uma situação incontestável ou imbatível, exceto pelo fato do que já ocorreu ou ainda melhor, até que ponto já ocorreu, porém requer perspicácia para caminhar ao pólo oposto de obter vantagens em busca de uma solidariedade entre os povos posto que significa reduzir vantagens daqueles que até naturalmente já se encontram em vantagem já que a solidariedade sempre nos parece algo relativo ao que está próximo e dificilmente nos preocupamos com situações que estão territorialmente distantes.

Buscando explicar melhor a relação constante nas contradições expostas anteriormente, Santos⁷ teoriza no sentido de duas formas de avaliar a questão da globalização. A primeira que chamou de Sistema Mundial Moderno (SMM) considera dois pilares, economia-mundo e sistema interestatal e a segunda que chamou Sistema Mundial em Transição (SMET) que considera três níveis de práticas coletivas, as práticas interestatais, as práticas capitalistas globais e as práticas sociais e culturais transnacionais. Diante do SMET o autor propõe a construção de uma teoria na qual como o próprio nome revela não se trata de algo findo, resolvido, constituído e sim algo que transcende ao Estado e a Economia como vertentes de análise o que agrega ao estudo da globalização instituições e direitos não considerados no SMM. Enquanto o SMM considera as práticas dos Estados, das

⁷ Op. Cit. p. 56 a 62

Organizações Internacionais⁸, como Instituições Financeiras Multilaterais, Blocos Regionais e das próprias Empresas Multinacionais focando o econômico e o estatal, o SMET agrega sem uma preocupação sistêmica as práticas sociais e culturais transnacionais através das ONGs, dos Movimentos Sociais, das Redes e dos Fluxos.

O que importa ressaltar desta forma de análise é que à medida que vemos a Globalização via SMM podemos apenas verificar os efeitos desta num sentido Global→Local, ou seja, o foco fica do mundial para o territorial local e se apresenta como algo mais constituído e definitivo. Por outro lado quando se considera o SMET verifica-se que à medida que a visão se amplia torna-se possível a interferência do local no global através das lutas de grupos sociais pelo reconhecimento de diferenças, de autonomias, etc tornando o foco Local→Global embora o Global e o Local sejam decorrentes do próprio processo de Globalização. Santos⁹ propõe ainda que há um Modo de Produção da Globalização e assim o define como:

“conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival.”

Este mesmo modo de produção traz desdobramentos que explicam de certa forma as colocações postas até então tais como o “localismo globalizado” que se refere à situações onde algo local é globalizado tal e qual está com sucesso onde o uso da língua inglesa como linguagem de comunicação universal é um bom exemplo. Outra forma que se apresenta é o globalismo localizado forma na qual o local se subalterna a usos transnacionais gerando dívida externa, aquisição de remanescentes

⁸ Compreenda-se NAFTA, União Européia, Mercosul, Organização Mundial do Comercial, etc...

⁹ Op. Cit. p. 63

de bens e tecnologia desgastados na origem ou a necessidade de exploração descontrolada de recursos naturais disponíveis.

Esclarecendo melhor a diferença entre o SMM e o SMET encontramos ainda o “Cosmopolitismo” como sendo uma forma de resistências locais às trocas desiguais ou situações geradas pelo SMET e operada por organismos sociais de resistência e, a idéia de “Patrimônio Comum da Humanidade” com base de sustentação no direito internacional visando preservar recursos, entidades ou artefatos dos quais toda a humanidade direta ou indiretamente se beneficia a exemplo da Amazônia, Antártida, Atmosfera, etc, conceitos tais que se tem ampliado nos últimos tempos com a expansão dos organismos não-governamentais de maneira que nos tempos da Globalização também se nota uma grande presença do terceiro setor.

Embora esteja claro que a Globalização é de caráter puramente capitalista, isto não significa que o mesmo Capitalismo opere de igual forma em todo o mundo globalizado. Chamam atenção alguns exemplos como o “Capitalismo Mercantil” centrado no mercado e sujeito a agências nacionais reguladoras e ao direito privado que regula com presteza os direitos de patente e a propriedade intelectual, porém, produz mercados de trabalho flexíveis gerando desigualdades sociais e reduzindo o investimento em bens públicos, encontrado em muitas nações no terceiro mundo. Outro exemplo é o “Capitalismo Mesocorporativo” do Japão onde existe a grande influência das grandes corporações de forma que o Estado assume a educação generalista e as empresas a formação profissionalizada de forma que os trabalhadores escolhidos têm acesso às carreiras e os demais atuam em atividades

periféricas, porém, num nível de desigualdade social menor do que no Capitalismo Mercantil. O “Capitalismo Social Democrático” por sua vez tem como princípio básico de governo a parceria entre as representatividades patronais e dos trabalhadores sob mediação com o Estado de forma a obter competitividade, inovação e produtividade do lado do capital e Qualidade de Vida e Justiça Social para os trabalhadores. Resta ainda o “Capitalismo Estatal” com o Estado altamente intervencionista e forte com parceiros sociais enfraquecidos, mercado de trabalho altamente regulado e sistema de educação público para a formação de elites empresariais públicas e privadas com elevada proteção social.

Se, a forma de ação da acumulação do capital diverge de nação para nação torna questionável a idéia de que a globalização econômica é simplesmente hegemônica cabendo tal conceito mais a uns e menos a outros perfis de capitalismo como vimos anteriormente sugerindo uma escala. A julgar-se as relações Estado / Sociedade Civil Esping-Anderson¹⁰ propôs o termo Estado-providência indicando um índice de desmercadorização do bem-estar social e categorizando três níveis desta condição a saber: “Estado-Providência Liberal” indicado baixo grau de desmercadorização, proteção pública seletiva e residual dirigida às classes de renda reduzida tendo como modelo as práticas da Inglaterra e EUA; “Estado-providência Corporativo” com níveis de direitos sociais elevados aos participantes do mercado de trabalho, em regime contributivo e assistência social generosa aos que se encontrarem fora destas condições, tendo como exemplos a Alemanha e a Áustria; Estado-providência social democrático com elevado grau de desmercadorização e

inclusão quase total para todos em condição de cidadania ou residência independentes de contribuição específica, tendo como exemplo os países escandinavos.

Mas, segundo Maurizio Ferrera¹¹, pode-se ainda incluir uma quarta categoria de Estado-providência através de um sistema corporativo de proteção social altamente fragmentado que produz por si injustiças e disparidades na disponibilidade dos serviços públicos a exemplo do que ocorre em países como Itália, Portugal, Espanha e Grécia.

Até este ponto temos claro que há muitas diferenças no contexto de como a Globalização afeta as relações econômicas e sociais e como se relaciona com o Estado e que ainda não se tornam conclusivos os estudos que a acompanham desde as últimas duas décadas.

É importante, para melhor compreensão perceber que para que a dita Globalização existisse e pudesse produzir seus efeitos a modernidade propiciou condições decorrentes da ocorrência da Revolução Industrial que permitiu ao capitalismo entrar na fase do industrialismo que permitiu uma maior acumulação de capital com o uso da maquinaria. Novas condições vem ocorrendo para que a competitividade das empresas e sua capacidade de acumulação que espelham novos tipos de sistema Social, como cita Giddens¹² *"Sociedade de Informação e Sociedade de Consumo"* o que segundo este autor a tal *"modernidade como estado de coisas precedente*

¹⁰ Esping-Anderson (1990) apud Santos, Boaventura de Sousa (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002, p. 80-82

¹¹ Maurizio Ferreira apud Santos, Boaventura de Sousa (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 81.

¹² Giddens, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991, p. 11.

está chegando a um encerramento” de forma a levar-nos todos a uma “Sociedade Pós-industrial”.

Diante do evento da Globalização desta forma mais intensa nas últimas décadas pode-se inferir que se trata de uma das características da descontinuidade da modernidade, ou seja, há períodos em que se observa marcos de transição de um sistema tradicional para outro. A história da humanidade, nos revela tais cortes através dos tempos e na história recente vimos a produção artesanal transformar-se em industrial, o trabalhador rural transformar-se em industriário urbano e na atualidade a desativação de postos de trabalho na indústria promover migrações para o crescente setor de serviços. Paralelamente mudam também os modos de vida das pessoas na sociedade. Giddens¹³ nos coloca ainda um conceito de “*desencaixe*” o qual explica como “*deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões definidas de tempo-espço*”. Este *desencaixe*, segundo o mesmo pode ocorrer através de criação de “*fichas simbólicas*” cujo exemplo básico é o dinheiro visto como mercadoria de necessidade e aceitação universal e, os “*sistemas peritos*”¹⁴ que envolvem a competência profissional e os sistemas de excelência técnica de forma que as nações mais dotadas de dinheiro e conhecimento têm maior poder de influenciar as demais embora a modernidade já tenha atingido a todas as classes no seu período inicial que principia em meados do século XVIII e vai até a década de 70 do século XX. No período mais recente da modernidade (após os anos 70 = 2ª. Modernidade) a influência se dá sobre os indivíduos.

¹³ Op. Cit. p. 29 e 30.

¹⁴ Do inglês “*expert systems*”.

Para Giddens¹⁵ *"a modernidade e inerentemente globalizante"* e recomenda que não se pode estudar a sociedade como um sistema limitado e sim analisar a vida social ordenada através do tempo e do espaço de forma a perceber de um só tempo os envolvimento locais e a interação através da distância. Esta conceituação torna-se importante porque no período moderno o nível de distanciamento tempo e espaço é fundamentalmente maior do que em todo o restante da vida da sociedade humana o que levou o autor a utilizar o termo intensificação das relações ao definir globalização conforme citado ao início deste estudo. Giddens chama atenção ainda para duas perspectivas teóricas de análise da Globalização: a primeira baseada na literatura de relações internacionais caracteriza o surgimento dos Estados-nação como originários da Europa e disseminados ao restante do mundo de sorte que tais Estados-nação são tipicamente atores do processo globalizante pois as relações internacionais seriam em tese propagadas pelas próprias relações entre Estados; a segunda baseada na teoria do sistema mundial defendida por Immanuel Wallerstein¹⁶ que trata de início de diferenciar a análise das relações modernas dos tempos precedentes onde as economias eram focadas em estados imperiais e tinham abrangência apenas regional, ou seja, já existia uma economia mundial porém limitada e subalterna aos interesses políticos dos estados imperiais envolvidos. Com a expansão do capitalismo a partir do século XVI esta mesma economia mundial passa a ter um enfoque mais econômico do que político, pois, a produção e a comercialização estavam nas mãos da propriedade privada e não do Estado e isto

¹⁵ Ibidem, p. 69.

¹⁶ Wallerstein, Immanuel apud Giddens, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991, p. 71 a 74.

possibilitou sua penetração em áreas distantes onde seus Estados de origem não teriam influência política.

Embora o enfoque determinante da expansão da globalização como citamos tenha caráter econômico Giddens¹⁷ propõe quatro dimensões para a Globalização onde a primeira delas é de fato a economia capitalista mundial. A segunda dimensão é representada pelos Estados-nação pois praticamente todos os territórios do mundo estão subordinados a determinado Estado o qual exerce sua função regulamentadora por si e pela participação em organizações internacionais como Organização Mundial do Comércio, ONU, etc. A base principal de gestão dos Estados, Capitalistas ou mesmo Socialistas é a produtividade posto que é desta que sobrevém a arrecadação de tributos que custeia os serviços de controle exercidos pelo Estado. O nível de atividade econômica leva os respectivos Estados a estabelecer um balanceamento de interesses entre a preservação de suas fronteiras e a captação de divisas. A terceira dimensão é a ordem militar a qual difere do poder econômico de forma que é possível que países do terceiro mundo sejam militarmente avançados e possuidores de tecnologia bélica de ponta. Nesta área a Globalização atinge a produção e comercialização de armamentos e tecnologia bélica e também alianças militares, por isso, conflitos locais podem ampliar-se até ao mundo todo e, acordos multilaterais de desarmamento, especialmente nuclear são conduzidos por superpotências e bem-vindos pelos Estados territorialmente próximos. A quarta e última dimensão proposta por Giddens refere-se ao desenvolvimento industrial que implica na divisão global do trabalho considerando-se que o mundo não está

¹⁷ Giddens, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991, p. 75 a 80.

igualmente industrializado e que são possíveis especializações regionais, desindustrialização de áreas desenvolvidas com repasse do trabalho a países recém-industrializados ou de menores custos de mão-de-obra. Nesta dimensão torna-se importante citar que o trânsito de divisas em função de novos projetos produtivos em outros Estados depende fortemente do nível de capacitação local para onde for determinado o investimento além razoável estabilidade política e econômica.

Giddens¹⁸ reforça que

“é errado pensar que a Globalização afeta unicamente os grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A Globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas”

por isso é preciso compreender que a um tempo ela nos traz influências externas, por outro lado chama a atenção para a valorização e preservação de culturas locais. É evidente por outro lado que há uma visível hegemonia dos países desenvolvidos, do hemisfério norte em relação aos países em desenvolvimento do hemisfério sul e, naturalmente o número de empresas multinacionais procedentes destes países é nitidamente maior e ocorre, embora atualmente em menor volume, transferência de tecnologia obsoleta ou distribuição de produtos já proibidos, nos países de origem, inclusive medicamentos, aos países periféricos em desenvolvimento.

Tratando-se do enfoque das dimensões da Globalização convém salientar que se encontra em andamento o processo para criação da ALCA (FTAA – Free Trade Área of the Américas) envolvendo dezenas de países em cuja proposta de

¹⁸ Giddens, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro : Record, 2002, p. 22

princípios e plano de ação chama a atenção conforme ressalta Wanderley¹⁹ itens como *“combate à pobreza; preservação do meio-ambiente; democracia; comércio; combate à corrupção; combate ao tráfico de drogas; reforma da administração pública”*. Considerando-se a participação dos Estados Unidos nas cúpulas das negociações e as tendências anteriormente demonstradas através do Consenso de Washington pregando a desregulação do Estado e das políticas comerciais, abertura comercial financeira das economias nacionais, privatização da economia e flexibilização das leis trabalhistas e, a própria característica dos EUA em procurar estender ao mundo seu modelo de sociedade nos parece que até 2005, ano que antecede a vigência planejada da ALCA, muitas negociações vão ser necessárias para preservar os interesses das nações participantes e como serão atendidas todas as perspectivas sociais estabelecidas como princípios para evitar que se torne apenas uma expansão de mercado para um ou poucos países ou em termos práticos suas corporações multinacionais.

De outra visão Beck²⁰ considera que a Globalização significa politização, não no sentido do indivíduo, mas, no sentido de que as organizações (empresários e associações) passaram a ter um poder antes sufocado pelo chamado estado do bem-estar social, mas, enfatiza que este poder de negociação junto ao Estado era algo latente no capitalismo. Naturalmente a acumulação que gerou o crescimento das grandes corporações fez com que muitas empresas possuam orçamentos superiores aos dos próprios Estados onde atuam e sua participação na arrecadação é fundamental ao orçamento do próprio Estado. Beck entende que estamos na pós-

¹⁹ Wanderley, Luiz Eduardo W. ALCA: um repto para as Américas. In Dowbor Ladislau (org.). **Estados Unidos: a Supremacia Contestada**. São Paulo : Cortez, 2003. p. 107

²⁰ Beck, Ulrich. **O que é Globalização**. São Paulo : Paz e Terra, 1999, p. 14, 25, 27 e 32.

modernidade e que a Globalização é focada no econômico porque decorre do capitalismo que gera desemprego e no futuro não dependerá do trabalho destruindo a idéia de um pacto entre economia de mercado e estado do bem-estar social onde o Globalismo bane a ação política e impõe a ideologia do império do mercado mundial baseado no neo-liberalismo. De acordo com o seu conceito de Globalidade, já vivemos em uma sociedade mundial onde as nossas relações sociais não estão integradas às políticas nacionais ou pelo menos não são determináveis pela ela, portanto, a Globalização como decorrência pressupõe a negação do Estado mundial prevendo uma sociedade sem Estado o que leva a um capitalismo global desorganizado e sem poder hegemônico.

Para Beck

“A especificidade do processo de globalização consiste hoje (e certamente no futuro) na extensão, na densidade e na estabilidade recíproca – que ainda está por ser comprovada empiricamente - das redes relacionais regionais globais e sua auto-definição dos meios de comunicação de massa, bem como do espaço social e das correntes icônicas nos domínios cultural, político, econômico e militar.”

Desta forma, embora esteja claro que a globalização é irreversível é possível que se encontrem alternativas, semelhantes aos princípios propostos para a ALCA, conforme enunciado anteriormente, para que, em última análise as relações de produção não venham a reduzir ou inviabilizar as relações de consumo, ou ainda explicando melhor a redução dos custos de produção da oferta deixará de gerar acumulação se a demanda for incapaz socialmente e monetariamente de consumir. É evidente que se as relações de consumo caem com o empobrecimento de nações ou

regiões do mundo também é afetada a acumulação global. Chesnai²¹ analisando o processo sob uma ótica Marxista chama atenção para baixo crescimento econômico, alta instabilidade monetária e financeira, deflação, concorrência desenfreada entre os três pólos hegemônicos, alto nível de desemprego estrutural e marginalização econômica de vários países e regiões e alerta que *“o conteúdo efetivo da globalização é dado não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações de capital”* tanto em sua formas industriais como financeiras.

Para Chesnais, embora a idéia dominante sobre globalização esteja assentada em novas formas de organização e gestão e circulação internacional de mercadorias bens e serviços o que está ocorrendo de fato é

“um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado – o capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo o rendimento como tal”.

Diante deste conceito Chesnai entende que se trata portanto de uma ampla forma de aplicação financeira do capital produtivo e recomenda que o termo “globalização” designe “mundialização do capital. Esta mundialização do capital induz a existência de um oligopólio mundial caracterizado pelas constantes fusões entre empresas de diferentes países como o recente exemplo da maior cervejaria brasileira com sua equivalente belga o que fará com que a grande maioria dos apreciadores do produto nas Américas e Europa se tornem, mesmo sem perceber, clientes da mesma corporação cuja gestão de capital ficará dividida entre apenas dois escritórios (um no Brasil, outro na Bélgica).

²¹ Chesnai, apud Limoeiro-Cardoso, Miriam. Artigo Ideologia da Globalização e (des) caminhos da Ciência Social, THESIS, São Paulo, ano I, v .3 , p. 1-25, 2º Semestre, 2005.

Estas condições todas vão exigindo uma reorganização da sociedade, pois, a competitividade entre os países pela manutenção de postos de trabalho reivindicados pelo Estado e os Sindicalistas passa por um processo de flexibilização das regras e leis trabalhistas sujeitos a abalar conquistas de décadas a fim de evitar que o capital gestor de determinada linha de produção desloque postos de trabalho para outro(s) país(es) onde haja uma maior desregulamentação do trabalho.

No tocante às questões de trabalho e emprego Singer²² nos explica que quando ocorreu a segunda revolução industrial o nível de consumo cresceu mais do que a produtividade do trabalho apesar das novas tecnologias aplicadas de forma que os novos setores criados naquela economia foram capazes de absorver a força de trabalho dispensada pelos setores substituídos gerando naturalmente um maior número de empregos formais. Mas, alerta Singer que a terceira revolução industrial que se encontra em curso difere das anteriores e *“ela traz consigo acelerado aumento de produtividade do trabalho na indústria, como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações”*.

Estes aumentos de produtividade naturalmente permitem preços mais acessíveis aumentando seu consumo, mas, ao contrário da segunda revolução tal aumento de consumo não basta para a preservação dos postos de trabalho os quais tendem a cair. Outra característica desta terceira revolução é que o processo de operação das atividades rotineiras das empresas tende a ser terceirizado, ou seja, a grande empresa, que oferecia um amplo leque de garantias sociais além de uma

p. 103.

²² Singer, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo : Contexto, 2003, p. 14 a 23

remuneração atraente passa a comprar não mais o trabalho, mas, o serviço através de empresas extremamente menores, muitas vezes conduzidas por ex-empregados que perderam seus empregos, mas que tem muito menor capacidade de preservar ganhos e garantias sociais e que muitas vezes têm que operar com trabalho informal gerando exclusão social cada vez maior à medida que o trabalho que antes existia para todo o ano, passa a ser oferecido por períodos de oferta. Expandem-se as novas formas de prestação de serviços à produção de bens e serviços notando um grande aumento de cooperativas de trabalhadores na busca de manutenção da possibilidade de trabalho na ausência do emprego propriamente dito, muitas destas exploradas como “pseudo-cooperativas” já que na verdade são empresas prestadores de serviços “multi-tarefa” que para beneficiar-se de vantagens fiscais de redução de encargos travestem-se como cooperativas como forma de organização societária. Singer enfatiza que “ a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”.

Em determinado período da globalização, os países desenvolvidos dispunham de organização do trabalho elevada gerando maiores custos, e os países em desenvolvimento dispunham de mão-de-obra treinada em abundância e poucos direitos conquistados gerando menores custos. Esta era então a condição ideal para transferência da produção pois, a tecnologia já estava desenvolvida e bastava transferir os processos de um país para outro país. Desta forma os países desenvolvidos passariam a comprar mais dos países do terceiro mundo, porém, a medida que o Terceiro mundo passaria a ter maior renda passaria a comprar mais dos países desenvolvidos de forma que a transferência dos postos de trabalho destes

para o terceiro mundo são recompostos pelo aumento do consumo mundial dos seus clientes de economias menores.

Mas, analisa ainda Singer,

“se a globalização não reduz, pelo menos de forma sistemática e contínua, a ocupação nos países exportadores de capital e importadores de produtos industriais, não há dúvida que ela ocasiona desemprego estrutural... o desemprego estrutural causado pela globalização é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas, contribui para deteriorar o mercado de trabalho...”

Esta visão nos leva a enxergar efeitos pontuais e locais da globalização, ou seja, à medida que, por força de fusões, mudanças de localização de empresas entre Estados por razões de incentivos fiscais ou mesmo de custos determinada linha de produção deixa de se realizar em determinado local as pessoas anteriormente ocupadas naquele nível de trabalho passam a ocupar-se de posições inferiores na prestação de serviços, no comércio ou mesmo migram para a economia informal.

Diante das situações das novas formas de trabalho geradas pela globalização onde as empresas só compram trabalho nas funções mais técnicas e especializadas e das conseqüências do desemprego estrutural causado quando as empresas decidem transferir determinada produção para outras regiões Singer estabelece um conceito de *“precarização do trabalho”* visa substituir a palavra *“desemprego”* nestas novas formas de migração da força de trabalho inter-atividades ou sob novas formas de organização do trabalho informais ou incompletas.

Em termos práticos esta *precarização do trabalho* torna-se decorrente de nova estratégia empresarial que sob menor regulação das relações de trabalho mantém uma flexibilidade externa de forma a praticar algo como um método *just in*

time à mão-de-obra evitando “estoques” desta sem aplicação imediata. Segundo o estudo de Singer a “precarização do trabalho” atinge tanto países do primeiro mundo como países como o Brasil que leva a uma nova condição social que denominou como “nova pobreza” que difere da tradicional por ser composta por pessoas que pertenciam à uma ampla classe média, mas, que perderam seus empregos para robôs, para trabalhadores de países periféricos, ou que não puderam se deslocar para outras regiões ou que não puderam se reciclar e se atualizar profissionalmente.

Antevendo a idéia de precarização do trabalho Gorz²³ coloca já em 1990 que

“os empregadores desejam conservar nas empresas apenas um núcleo reduzido de trabalhadores assalariados permanentes e, para o resto, poder contratar e dispensar à vontade, em função das necessidades do momento, `assalariados temporários ou provisórios` que não terão direito nem às férias, nem às mesmas garantias sociais, nem à proteção sindical. Essa maior liberdade patronal na utilização da mão-de-obra supõe evidentemente um afrouxamento das legislações trabalhistas e das leis sociais... que com os progressos da informatização e da robotização, só poderão encontrar trabalhos ocasionais irregulares, ingratos, mal pagos, sem futuro”

Desta forma, para fazer parte do núcleo de efetivos os trabalhadores terão que ser altamente qualificados em suas atividades e mesmo assim não terão garantia de ingressar ou permanecer neste grupo de efetivos com garantias normais de trabalho devido à própria competição entre os trabalhadores em maior número pelos postos de trabalho, disponíveis em número reduzido.

Como vimos analisando ao longo do texto a globalização mexe diretamente com as pessoas, com seus padrões de vida e de consumo e nos parece

²³ Gorz, apud Limoeiro-Cardoso, Miriam. Artigo Ideologia da Globalização e (des) caminhos da Ciência Social, p. 115.

interessante como conclusão a visão apresentada por Ronald Peterson²⁴ de que a globalização não é algo completamente novo, mas, é um `processo` de longa duração com origem nas grandes navegações dos europeus e se acelerou como tudo na era contemporânea. Para Peterson ela em si não é necessariamente boa ou má e nem significa que seja um triunfo definitivo do liberalismo econômico. Também não produz os mesmos efeitos em todos os lugares do mundo. Os impactos da globalização atingem o povo e as instituições sociais que podem ou não se adaptar a ela, aprová-la ou rejeitá-la ou mesmo podem não ter consciência do que está a lhes ocorrer e quando lhes vem tal consciência percebem e reagem de forma diferenciada. O espaço comprimiu-se e as relações promovem dependências mútuas e tendências homogeneizadoras da cultura.

O Estado moderno por sua vez procura ter como atributo característico o monopólio dos meios para garantir a soberania sobre seu território através de suas forças armadas e da burocracia da máquina administrativa para regular as relações comerciais e migratórias com o exterior, mas, perdeu a soberania de impor determinado padrão de cultura ou comportamento sobre seu próprio povo cujas influências podem rapidamente vir de fora.

Sendo um processo a globalização não representa ainda um fato social concluso e depende dos sujeitos envolvidos para a manutenção de um nacionalismo fechado ou de uma ampla abertura entre as nações onde o Estado na maioria das vezes tem sido beneficiado nos aspectos arrecadatórios pelas entradas de capital

²⁴ Peterson, Ronald apud Gómez, José Maria. **Globalização Excludente**. p. 134

estrangeiro, porém, ainda não encontrou meios para bloquear a evasão de divisas e das suas riquezas naturais, excetuando-se Estados mais ricos.

Sobre tais contradições do sistema monetário e financeiro dos Estados

Adda²⁵ reforça que:

“as contradições do sistema monetário e financeiro interestatal estão em grande medida, na origem de uma esfera financeira privada que, progressivamente, tem despossuído da maior parte de suas prerrogativas nesses domínios. (...) Desintermediação, desregulamentação e descompartmentalização (os três “D”) do mercado tem sido isto, assim, os motores do processo de globalização financeira nos anos 80”.

Para que estes três “D” ocorram a globalização econômica conta com a colaboração e o envolvimento de uma nova classe emergente que são os empresários sem empresa, ou melhor, sem propriedade da empresa, mas que representam o capital e seus interesses perante o Estado e os trabalhadores.

Estes dirigentes capitalistas são preparados para relacionar-se com o Estado e as representatividades dos trabalhadores visando obter os melhores resultados para o capital financeiro, sem perder a produtividade existente dos quais sempre se esperará uma postura ética e valores para minimizar os efeitos nocivos da globalização à sua área de atuação.

²⁵ Adda, J. apud Gómez, José Maria. **Globalização Excludente**. p. 153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro : Record, 2002

GÓMEZ, José Maria. **Globalização Excludente**.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da Globalização.

Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 43, nov., 1995

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Artigo: **Ideologia da Globalização e (des) caminhos da ciência social** (mimeo).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo : Cortez, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. ALCA: um repto para as Américas. In: Dowbor, Ladislau (org.). **Estados Unidos: a Supremacia Contestada**. São Paulo : Cortez, 2003